



1290000703



TCC/UNICAMP P414



CAMPINAS, 10 DE JULHO DE 1996

TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE ECONOMIA

NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

SOB O TÍTULO :

“A NEOCLASSIZAÇÃO DE KEYNES NA GESTAÇÃO DA SÍNTESE

NEOCLÁSSICA”

AUTOR : CARLOS ITAMAR PEREIRA

ORIENTADOR : PEDRO RAMOS

BANCA : BASTIAAN P. REYDON

**TCC/UNICAMP
P414m
IE/703**

CEDOC/IE

AGRADECIMENTOS

Ao Raimundo W. Teixeira : pelo apoio decisivo nos momentos em que mais precisei.

Ao Ricardo Masao Araki : por outro apoio importante que precisei _ o companheirismo.

Ao Fernando Montenegro : pelo apoio indireto, do qual talvez nem faça idéia.

À Família Toda : pelo amor e ajuda logística através dos anos.

À UNICAMP e ao Instituto de Economia : por esta oportunidade de crescimento intelectual e pessoal.

Ao Pedro Ramos e ao Bastiaan Reydon : pela paciência e sapiência das orientações.

MUITO OBRIGADO !

“ There is an irresistible attraction about the concept of equilibrium (...) Is this perhaps something Freudian about ? Does it connect with a longing return to the womb ? We have to look for psychological explanation to account for the powerful influence of an idea that is intellectually unsatisfactory “ (Joan Robinson) .

ÍNDICE

Introdução ao Tema	05
I) Os Clássicos	
I.1) Questões Preliminares	09
I.2) Os Três Alicerces Fundamentais do Modelo Clássico	12
I.3) A Visão do Todo	20
II) A Revolução Keynesiana	
II.1) Questões Preliminares	26
II.2) A Revolução Keynesiana por Keynes	29
II.3) A Crítica de Keynes à Teoria Clássica do Emprego	34
III) A Síntese Neoclássica	
III.1) A Síntese Neoclássica em si	38
III.2) A Análise Crítica da S.N. na sua relação com Keynes ...	45
Conclusão	47

INTRODUÇÃO :

Já faz algum tempo que os economistas ou aspirantes a tal formação profissional são obrigados a ouvir um sem número de piadinhas a respeito da impossibilidade de dois economistas conseguirem concordar sobre o que quer que seja ou gerarem previsões corretas sobre o futuro. E, infelizmente para nós, basta darmos uma olhadela na coluna de debates dos grandes jornais diários para percebermos que tais piadinhas não estão descoladas da realidade atual da assim chamada ciência econômica, pois o que se vê é uma profusão infindável de controvérsias irreconciliáveis, por um lado; e por outro, uma incapacidade crônica de se gerar previsões minimamente confiáveis. Nesse sentido, uma frase do “The Economist”, encontrada na coluna do escrachado José Simão da “Folha de São Paulo”, é pertinente: “O economista de hoje é o indivíduo que vai saber explicar amanhã as previsões erradas que fez ontem”.

Todavia, não faz muito tempo, por um período de mais ou menos trinta anos que vai do início dos quarenta até o final dos sessenta, o estado das coisas para a teoria macroeconômica não andava tão ruim assim. Muito pelo contrário! Nessa época os economistas eram tidos enquanto cientistas respeitáveis e de grande reputação. Este foi o período de auge do chamado keynesianismo ou Síntese Neoclássica, o qual, além de produzir previsões confiáveis e de agregar em torno de si a maior parte dos economistas de então, também teve participação ativa na condução da política econômica dos principais Estados Nacionais. O que se viu, portanto, nesse período foi a conformação do que o teórico do conhecimento Imre Lakatos (1978) chamaria de um Programa de Pesquisa Científico Progressivo e Vitorioso.

Interessante é que este período de relativa calma na ciência econômica veio após um outro de grandes turbulências e transformações: tanto a nível da realidade econômica _

com o sistema capitalista sendo atropelado por uma de suas maiores crises: a Grande Depressão _ como a nível do questionamento do paradigma teórico vigente até então _ com a teoria macroeconômica "Clássica"¹ tendo de ceder espaço para a recém surgida economia keynesiana .A nível teórico,portanto,neste período, aconteceu o que ,numa terminologia kuhiana (vide Kuhn , 1987) , se poderia verdadeiramente chamar de uma revolução científica ,uma vez que foram alterados fortemente muitos dos referenciais metodológicos e conceituais com os quais os economistas de então lidavam .Assim,onde os Clássicos,apoiados pelos instrumentais fornecidos pelas hipóteses de livre concorrência, da lei de Say e da Teoria Quantitativa da Moeda, viam uma tendência inescapável no capitalismo ao Equilíbrio de Pleno Emprego, Keynes ,por outro lado, apoiado pelo Princípio da Demanda Efetiva, irá colocar como uma naturalidade no capitalismo o Equilíbrio de Subemprego.

Objetivo e Hipótese :

No entanto, a partir do momento em que ficamos sabendo da existência de uma revolução na teoria econômica e que esta teria sido ganha pelos adeptos de Keynes, somos erroneamente levados a pensar que simplesmente as principais preocupações teóricas dos clássicos foram deixadas de lado para sempre e que ,consequentemente, o consenso teórico formado a partir da Revolução de Keynes não teria incorporado nada dos Clássicos .O principal objetivo da Monografia será justamente o de demonstrar que ,na verdade, os Clássicos não foram simplesmente varridos do mapa logo após perderem o embate com os partidários de Keynes e que ,portanto, deixaram seu legado no consenso teórico que foi se formando a partir de então.Enfim, mostraremos como ,a partir de 1937,Hicks ,Modigliani,

¹será mostrado a seguir que o modelo de análise macroeconômico "clássico" por nós conhecido foi criado primeiramente por Keynes e depois por seus seguidores numa tentativa de esclarecer melhor as diferenças entre as idéias que vigoravam antes da publicação da Teoria Geral e as idéias que passariam a dominar a partir de então.

Pigou, dentre outros, juntaram forças no sentido de mostrar que o modelo keynesiano original não passava de um simples aperfeiçoamento do modelo clássico, mais geral, que agora recomposto por eles, passaria a incorporar a possibilidade de se haver equilíbrio de subemprego. Assim, a principal questão a ser estudada pela presente monografia serão as influências que o modelo da Síntese Neoclássica teria sofrido do paradigma que vigia anteriormente a Keynes, basicamente no tocante à determinação dos níveis de renda e emprego.

Para tanto a solução metodológica encontrada para esta monografia foi a de que se inicie , no capítulo 1 , com o estudo da forma como os Clássicos viam a questão do equilíbrio, depois , no capítulo 2 , passando por como Keynes veio a revolucionar a questão na sua Teoria Geral para , finalmente , se chegar ao nosso objetivo final que é o estudo do tratamento dado pela Síntese Neoclássica à questão do Equilíbrio Geral , concluindo com a posterior demonstração de que tal paradigma realmente veio a “neoclassizar” a obra original de Keynes.

CAPÍTULO I

Os Clássicos

I.1) Questões Preliminares:

Quem quer que venha a empreender uma pesquisa relacionada à natureza do paradigma teórico vigente antes da publicação da Teoria Geral por Keynes em 1936 certamente irá se encontrar fazendo as seguintes indagações²: 1) Afinal, quais eram as bases desse paradigma _ que foi chamado de Clássico por Keynes e de Neoclássico pela História do Pensamento Econômico, uma vez que tal paradigma dentro dele mesmo produziu inúmeras vertentes ou correntes_ marshalliana , walrasiana, wicksselliana, etc_ e também, talvez em função disto não confeccionou manuais gerais que sintetizassem as suas idéias básicas ? E , não menos importante, 2) até que ponto a concepção que Keynes tinha desse paradigma de fato coincide com a natureza desse paradigma ? Ou , melhor dizendo, até que ponto a definição dos Clássicos feita por Keynes não passou de uma distorção com o objetivo de estabelecer um contraponto teórico que servisse para realçar a singularidade e superioridade de suas idéias? Há autores herdeiros do pensamento de Keynes que abertamente admitem ter o seu mestre feito “ uma representação impiedosa e possivelmente leviana do modelo clássico “ (Macedo e Silva ,1994, II-9). Também há autores , como Mark Blaug (apud Hillier, 1986 , p.27), que dizem não ser verdadeira a afirmação de que os clássicos em sua grande maioria pregavam cortes salariais como uma solução para o problema do desemprego. Já segundo Miglioli (1982 , cap. 1) , Alfred Marshall, que como sabemos foi um dos fundadores do pensamento “clássico” , não dedica nenhuma análise em separado à lei de Say ; e Pigou , que é considerado o herdeiro intelectual de Marshall, nem sequer teria feito uma referência explícita à referida lei. E

² A noção de paradigma científico usada neste trabalho será aquela derivada de Kuhn (1987) , segundo a qual um paradigma se refere a um conjunto de regras conceituais e metodológicas partilhadas pelos membros de uma comunidade científica.

,finalmente, há autores , como Ackley (1961, cap. VIII) que argumentam que os “clássicos” não passam de uma invenção de Keynes !

Mas afinal, qual o interesse no esclarecimento dessas dúvidas iniciais a respeito do grau de similaridade entre os clássicos de Keynes e os clássicos “verdadeiros”? Tal investigação , a nosso ver , é importante por dois motivos: primeiro, porque na hipótese dos clássicos realmente serem uma invenção coloca-se em xeque a própria noção de que houve realmente uma revolução keynesiana e, segundo, porque, mesmo no caso dos clássicos de Keynes serem simplesmente uma distorção e não uma invenção, dado que a pesquisa sobre a natureza do paradigma anterior a Keynes será feita a partir de fontes secundárias, as quais reconhecidamente apontam a semelhança entre a concepção que eles fazem dos clássicos e a que Keynes faz (vide Hiller, 1986, cap.3), o estudo corre o risco de já começar viesado.

No entanto, como foge aos objetivos desta monografia o estudo aprofundado destas indagações, para respondê-las optou-se por confiar na imparcialidade dos livros de HPE, manuais e teses consultadas. Estes, a partir da leitura dos originais dos clássicos, permitem que cheguemos `as seguintes conclusões: 1) os clássicos realmente existiram e não foram ,portanto, uma invenção Keynes e 2) apesar disto Keynes procedeu a uma representação incompleta do paradigma clássico, o que talvez possa ser explicado por ele não se ter apercebido, quando da publicação da Teoria Geral , que , na verdade , a essa época o paradigma clássico se encontrava em mutação, naquele ponto de inflexão ou crise em que segundo Kuhn (1987)os referenciais metodológicos são abandonados em favor da adoção de soluções especiais para os problemas que o paradigma anterior não consegue mais resolver.

É ,pois, somente a partir da periodização do paradigma clássico em duas etapas que poderemos estudá-lo melhor:

Primeiramente, há fase de gestação e consolidação do paradigma e que se estende mais ou menos de 1870 à 1910. Segundo Shackle (1967, p.4), “os quarenta anos que se seguiram a 1870 assistiram a criação de uma grande teoria onde um grande sistema de

economia, num certo sentido completo e auto-suficiente, capaz, nos seus próprios termos de responder a todas as questões permitidas por estes termos”.

Depois vem a segunda fase, quando a partir da década de 20 esse “grande sistema de economia” perde a sua infalibilidade e começam a surgir as primeiras tentativas de solucionar as anomalias do sistema. É neste contexto que, na esteira do demolidor artigo de 1924 de Piero Sraffa, surgem as teorias da concorrência imperfeita de Joan Robinsom e Chamberlain - as quais previam um equilíbrio final aquém do nível de pleno emprego; surge “Unemployment” em 1914 - no qual Pigou coloca um caso em que uma elevação do gasto público, devidamente financiado por aumento de tributos, traria efeitos benéficos para solucionar o desemprego; surge Robertson, um influente economista que sempre defendeu elevação do gasto público à redução dos salários; surge também Hawtrey, para o qual o desemprego seria devido a perturbações monetárias (vide Macedo e Silva, 1994, p.II-10).

Keynes, no entanto, faz vista grossa a este estado de coisas e prefere tratar tais teorias enquanto meras tentativas *ad hoc* de proteger o programa de pesquisa marshalliana, já que não excluía a possibilidade dos trabalhadores serem os responsáveis pelo desemprego (Macedo e Silva, 1994 p.II-11). O resultado disto é o de que a concepção que Keynes terá dos clássicos será feita exclusivamente tendo como base a primeira fase de vida deste paradigma³ e, apesar desta concepção não conseguir abarcar a totalidade do que foram os clássicos, ela será considerada por este trabalho funcional, uma vez que, em última análise, o estudo dos clássicos tem como objetivo primordial a sua comparação com as idéias de Keynes e, portanto, quanto mais clara a comparação melhor.

³ Segundo Macedo e Silva (1994, p.II-9), “a dicotomia clássica é absolutizada” por Keynes, o qual não querendo empreender “uma comparação exaustiva entre sua contribuição e as muitas vertentes da teoria econômica vigente” concebe os clássicos com base na “theory of unemployment” de Pigou, na qual há sempre pleno emprego, neutralidade da moeda e formação da taxa de juros a partir de variáveis reais.

I.2) OS TRÊS ALICERCES FUNDAMENTAIS DO SISTEMA CLÁSSICO

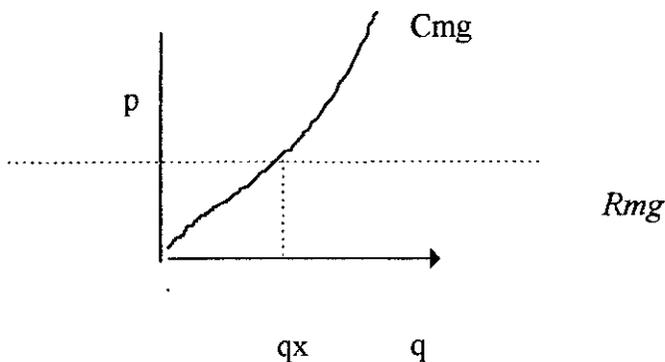
I.2.1) O alicerce do "market clear": a exclusividade do desemprego voluntário

Como foi dito estudaremos o "grande sistema econômico" que se constitui entre 1870 e 1910; e a característica distintiva básica deste sistema será a preocupação com a forma com que os recursos produtivos são alocados na economia, num sistema competitivo de mercado puro, em que, por hipótese há um mercado atomizado de muitos produtores, livre concorrência de preços e ,portanto, flexibilidade de preços para baixo, plena mobilidade de fatores, os quais procuram maximizar suas satisfações (lucros e salários), num contexto de plena utilização de fatores⁴.

A conclusão a que chegam é a de que será a interação entre as curvas de oferta e demanda em cada mercado que, por influenciarem decisivamente na formação dos preços relativos, irão determinar a forma de alocação dos fatores de produção e ,portanto, o ponto de equilíbrio de mercado. A função demanda será governada pela lei da "utilidade marginal decrescente", segundo a qual a partir da adição de uma unidade de mercadoria há um decréscimo em relação a satisfação marginal anterior, o que fará com que o "consumidor racional pague menos pela última unidade do que pelas precedentes" (Barber, 1976, p. 166). A curva de demanda dessa forma será negativamente inclinada e a agregada será a somatória

⁴ A veracidade destas hipóteses não os preocupava pois dessa forma eles poderiam comparar o desempenho da economia real com o desempenho potencial da economia ideal formulada por eles e assim indicar as possíveis falhas do sistema.

das curvas individuais. A função oferta é determinada pela lei dos rendimentos decrescentes, ou, lei da produtividade física marginal decrescente do trabalho, segundo a qual o acréscimo à produção tende a declinar com a adição de uma nova unidade de insumo produtivo, o que fará com que as firmas só queiram produzir mais mediante um acréscimo de preços, uma vez que à medida que cai a PFMg do trabalho os custos marginais se elevam. Pela condição de maximização de lucros, que diz que a receita marginal deve ser igual ao custo marginal, vê-se, portanto, que o próprio formato da curva de oferta está intimamente relacionado com as variações do custo marginal, já que o nível de produção efetivamente ofertado pela firma será indicado pelo preço ou receita marginal, variável sobre a qual as firma neoclássicas não terão nenhum controle ou influência. Em função disso, haverá sempre uma tendência à expansão da produção toda vez que o nível de produto estiver abaixo daquele ao qual o preço é igual ao custo marginal e, em contrapartida, haverá uma tendência à contração da produção toda vez que o custo marginal estiver acima da receita marginal. Conforme o gráfico abaixo:



Uma consequência dessa condição de maximização é que toda vez que os custos salariais subirem acima da PFMg haverá uma elevação do custo marginal acima da receita marginal para aquele nível considerado de produção e dessa forma as firmas reduzirão a sua produção a fim de diminuir os custos marginais e assim restaurarem o equilíbrio $CMg=Rmg$. Pelo gráfico a curva de custos marginais se deslocaria para a esquerda, encontrando assim o novo equilíbrio num nível de produção abaixo de qx .

Assim, em função dessa condição de maximização de lucros, qualquer evento que venha a alterar a taxa monetária de salários, mantendo-a elevada, fará com que a curva de custo marginal se desloque para a esquerda, afetando negativamente o nível de produção e portanto o emprego final. Daí a ojeriza dos clássicos pelo poder dos sindicatos em variar seus salários acima das variações da PFMg do trabalho. De acordo com Marshall, durante períodos de “inflação de crédito seria natural que os sindicatos pressionassem e conseguissem receber salários mais elevados. Mas seria também natural que posteriormente a inflação caísse e os efeitos deflacionistas atingissem a produção. Nestas condições, o salário nominal deveria cair junto, de modo a que se mantivesse o nível de pleno emprego. Porém, os sindicatos se mantêm atuantes e o resultado é que quanto mais os sindicatos em geral persistem dessa política, mais profundo e mais constante é o dano causado ao dividendo nacional, e menor é o emprego global”. (Apud, Miglioli, 1982, p.33).

Vê-se, portanto, que o problema do desemprego está relacionado às falhas de competição no mercado de trabalho, onde os trabalhadores em potencial são impedidos pelos sindicatos de fazer descer a taxa de salário nominal e assim permitir que se volte ao equilíbrio de pleno emprego. Em vista disto, o desemprego resultante deste estado de coisas é denominado pelos clássicos de desemprego voluntário, uma vez que se os trabalhadores aceitassem trabalhar por menos do que estão pedindo eles certamente encontrariam emprego; dependeria somente deles, para arrumar um emprego, se aperceberem de que na verdade eles estão cotando a si mesmos a preços incompatíveis com a PFMg do seu trabalho (Shapiro, 1978, p.453).

Percebe-se, assim, que no sistema clássico não há espaço para o desemprego involuntário de Keynes, em que as pessoas estão desempregadas simplesmente porque não há oferta de trabalho por mais mísero que seja o salário e que, portanto, caso a força de mercado não venha a agir a contento, a solução para o desemprego comportaria dois caminhos; a) no caso de uma rigidez salarial, nominal e real, a solução será a queda do salário mínimo e do poder dos sindicatos e b) no caso da rigidez ser somente nominal, optar-se-ia pelo aumento da oferta monetária, que faria com que os preços se elevassem, reduzindo assim por tabela os salários reais.

Por fim, vale realçarmos que tal solução para o desemprego pressupõe o tempo todo que a curva de demanda agregada, quando da queda nos salários, se mantenha inalterada, sustentando assim o equilíbrio de pleno emprego; convém, portanto, que passemos à hipótese que dá sustentação a este tipo de comportamento da curva de demanda, que é a da indestrutibilidade do poder de compra que está associado à lei de Say.

I.2.2) A lei de Say

Entendida atualmente enquanto uma proposição que nos diz que a oferta, ao gerar renda ou poder de compra, cria a sua própria demanda, a lei de Say não encontra nos neoclássicos nenhuma referência explícita e, apesar disto, como nos diz Miglioli (1982, cap.1), toda a sua análise de equilíbrio geral tem como pressuposto duas implicações importantes da referida lei, quais sejam: 1) a de que não há limites, por parte da demanda, ao crescimento da utilização da qualquer combinação de fatores - o que tenderia a levar a economia ao pleno emprego e 2) uma redistribuição da renda entre salários e lucros não afeta a demanda efetiva - o que viabiliza a queda dos salários enquanto uma medida para solucionar o problema do desemprego. Dessa forma somos obrigados a concordar com Keynes quando ele nos diz que “os economistas contemporâneos que poderiam hesitar em concordar com Mill, não hesitam em aceitar conclusões que requerem a doutrina de Mill como premissa”. (Apud, Miglioli, 1982, p.13).

Em vista disso cabe retomarmos um pouco da história da lei de Say:

Formulada originalmente em 1814 por Jean Baptiste Say, a lei de Say, apesar de sofrer ataques duros dos marxistas e de Malthus, acabou sendo adotada por um dos economista mais influentes desde Adam Smith, David Ricardo, e assim conseguiu se tornar uma espécie de dogma inquestionável para os economistas desde então, os quais, se não professavam abertamente o seu culto, o faziam tendo-a como um pressuposto implícito.

Assim, segundo Say: "vale a pena notar que um produto, tão logo seja criado, nesse mesmo momento gera um mercado para outros produtos em toda grandeza de seu valor. Quando o produtor dá o toque final ao seu produto ele está ansioso para vendê-lo imediatamente, para que o valor do produto não pereça em suas mãos. Nem está ele menos ansioso para se utilizar do dinheiro que pode obter, porque o valor do dinheiro também é perecível (...). Assim a mera circunstancia da criação de um produto imediatamente abre um mercado para outro." (Miglioli, 1982, p.15).

Percebe-se ,nessa passagem, que a segunda ansiedade do produtor - a primeira, de vender logo sua mercadoria, é perfeitamente cabível - de se utilizar do dinheiro tão logo seja ganho porque ele pode desvalorizar, implica um hipótese forte sobre a função da moeda: a de que ela somente atua enquanto meio de troca ou mero intermediário das transações de compra e venda⁵ de produtos e como ,corolário disso, que o poder de compra criado com a produção irá todo se transformar em demanda. Segundo Stuart Mill, "pudéssemos nós subitamente duplicar os poderes produtivos do país, duplicaríamos a oferta de mercadorias em cada momento, mas duplicaríamos também no mesmo golpe, o poder de compra. Todo mundo traria uma dupla demanda assim como uma dupla oferta." (Miglioli, 1982, p.21)⁶

A hipótese de que todo poder de compra gerado na produção será efetivamente gasto na compra desta mesma produção é assim justificada por David Ricardo:

⁵ Apesar dessa proposição parecer irrealista aos olhos de hoje ela se torna passível de entendimento racional a partir do momento em que nos apercebemos de que ela foi formulada num contexto em que o pensamento classico se encontrava em franca batalha teorica com os mercantilistas, os quais , como se sabe , davam grande importancia à acumulação de riqueza sob a forma de moeda.Segundo Macedo e Silva (1994, I-8) esta é uma situação relativamente frequente na trajetoria do conhecimento científico, em que "a negação de um excesso conduz a outro tipo de excesso".Ademais ,somente tendo isto em mente é que podemos compreender a seguinte afirmação de Adam Smith : " Em todos os países onde houver segurança toleravel,todo homem de bom senso procurará empregar todo capital que puder comandar na obtenção de fruição presente ou lucro futuro (....) Deve ser perfeitamente louco aquele que, onde há segurança toleravel, nao emprega todo o capital que comanda" (apud , Macedo e Silva, I-40)

⁶ Em vista disto podemos encontrar em Barbosa Silva (1990, cap1) uma outra definição para lei de Say: "é a proposição de que o poder de compra gerado na produção não pode ser destruído na circulação."

“Nenhum homem produz a não ser com o objetivo de consumir ou de vender, ele jamais vende a não ser com a intenção de comprar alguma outra mercadoria, que pode ser imediatamente útil para ele ou pode contribuir para a produção futura. Produzindo, então, ele se torna necessariamente o consumidor de seus próprios bens ou comprador dos bens de alguma outra pessoa (...) as produções são sempre compradas por produções ou por serviços, e o dinheiro é apenas o meio pelo qual a troca é efetuada.” (Apud, Miglioli, 1982, p.19).

Aqui encontra-se a racionalidade fundamental da lei de Say: a de que o objetivo último do produtor ao produzir é a compra futura de outros produtos e não a simples acumulação de dinheiro. “Produz-se para poder comprar” e “É o desejo de consumir o motor da produção” são frases-chaves para se compreender a lei de Say e que por fim acabam por determinar o caráter auto-sustentável da oferta agregada para os clássicos.

Os clássicos, no entanto, estavam perfeitamente cientes de que na realidade as coisas não eram tão simples assim e, a fim de sustentarem a sua hipótese de que todo poder de compra gerado na produção será efetivamente gasto, eles terão de lançar mão de uma outra hipótese, agora auxiliar, qual seja :

1.2.2.1) Hipótese da Igualdade entre poupança e investimento:

Em sendo um fator potencialmente muito destrutivo no rompimento da cadeia que liga o recebimento da renda ao seu gasto, a poupança, para os clássicos, terá necessariamente que se transformar em gasto e o escolhido foram os gastos com investimentos:

À época dos autores clássicos originais_ Smith, Ricardo e Say_ esta igualdade poderia ser até mesmo uma verdade já que a Revolução Industrial abriu amplas frentes de investimentos e como o sistema bancário era pouco desenvolvido, os capitalistas eram

obrigados a formarem fundos próprios para fazer frente aos investimentos requeridos pela sua empresa. Dessa forma, o entesouramento presente era perfeitamente justificável enquanto um adiantamento planejado de um gasto futuro, se tornando assim perfeitamente compatível com a lei de Say.

Já à época dos neoclássicos, com o desenvolvimento do sistema bancário e da sociedade anônima, tal igualdade deixou de ser tão clara e assim recorreu-se a uma explicação mais complexa: surge então a Teoria dos Fundos Empréstáveis, segundo a qual o mecanismo de variação da taxa de juros é que irá igualar a oferta de fundos empréstáveis (a poupança) com o desejo de “consumir” (o investimento). De acordo com esta teoria , com a elevação da poupança presente fazendo a taxa de juros cair, o investimento deverá se elevar a fim de que o setor de bens de produção se prepare para absorver o aumento do consumo futuro, quando a poupança for gasta; e vice-versa para quando a poupança diminuísse.

Enfim, a conclusão a que se chega a partir da incorporação da lei de Say ao instrumental analítico neoclássico é que enquanto houver recursos ociosos à disposição da sociedade o simples fato de colocá-los para trabalhar não trará nenhum tipo de dificuldades no se refere à realização futura dos frutos desse trabalho e o único obstáculo a que isto se concretize será a insistência dos trabalhadores em pedirem mais do efetivamente valem.

I.2.3) O Alicerce da Teoria Quantitativa da Moeda

Conforme Shapiro (1978 P.456) a teoria clássica lançou mão da TQM porque dependia de um salário monetário flexível a fim de que se mantivesse constante o salário real que igualasse a oferta de trabalho com a demanda, mantendo-se assim o nível de produção constante ao nível de pleno emprego. Assim seria interessante que se descobrisse o que faz os preços variarem e isto foi feito recorrendo-se a uma das mais antigas teorias econômicas

já formuladas, a TQM, segundo a qual variações no estoque de moeda causam variações proporcionais no nível de preços.

Como , pela identidade $MV=PQ$ ⁷, para que isto se dê é preciso que tanto 'v' quanto 'q' sejam constantes , aqui vão as seguintes explicações: a) no que se refere a 'q' a lei de Say se encarrega de provar que a economia já trabalha ao nível do pleno emprego e que , portanto, 'q' não muda faz tempo e b) no que se refere a 'V' , os neoclássicos asseveram que as condições institucionais que a determinam são passíveis de mudanças somente de longo prazo ,o que torna licito , assim , a presunção de sua constância. Outra necessidade é a de que a moeda funcione exclusivamente enquanto meio de troca.

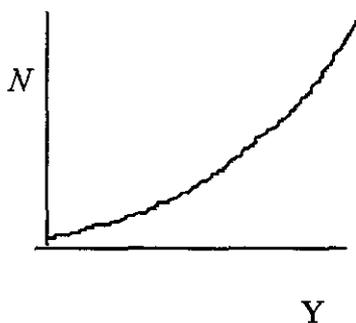
Dessa forma , os clássicos poderão chegar à seguinte conclusão importante : variações em M afetam P , que afetam os salários reais , que , por fim , afetarão o nível de produção e , portanto , de empregos na economia.

⁷ M é estoque de moeda, V é a velocidade de circulação da moeda ,Q é o nível d e producao e P é o preço.

II.3) A Visão do Todo : O Modelo Macro Completo

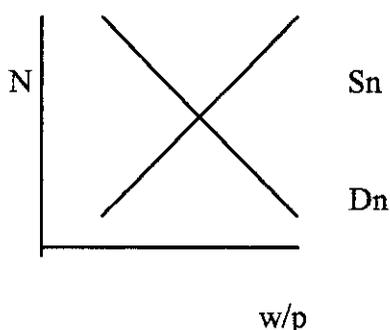
Para uma melhor análise e comparação dos clássicos exporemos a partir de agora, com base no capítulo 3 de Hillier (1986), o modelo a partir de um instrumental gráfico:

A FUNÇÃO PRODUÇÃO



A função produção mostra a relação entre a produção real e o número de empregados, onde o primeiro é função do segundo no curto prazo, pois neste período são dados a tecnologia e a habilidade humana. A curvatura da função é tal por causa da produtividade marginal decrescente do trabalho.

O MERCADO DE TRABALHO



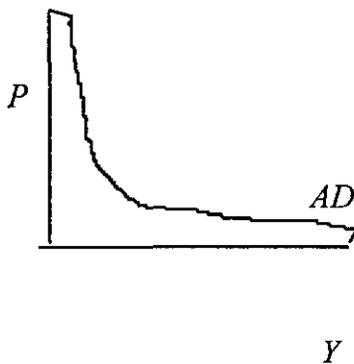
A hipótese por trás da derivação da curva de oferta de mão de obra é de que a) no caso da população inativa, à medida que os salários reais aumentam aumenta também o número de trabalhadores dispostos a trabalhar e vice-versa; b) entre os que já trabalham, por um lado, a elevação salarial serviria para compensar a elevação da desutilidade marginal do trabalho que o aumento da jornada do trabalho gerou e, por outro lado, uma redução salarial tiraria o interesse pelo trabalho em favor do lazer.

Já a hipótese por trás da curva de demanda de mão de obra refere-se à atitude maximizadora das firmas, as quais operariam no ponto em que a produtividade marginal do trabalho é igual ao custo marginal. Como, $C_{mg} = W/PF_{mg}$ e, dado que os retornos marginais do trabalho são decrescentes, os empregados precisariam reduzir seus salários para poderem ser contratados, o que significará que a demanda por mão de obra será função dos salários reais e, em última instância, da função de produção.

Assim, para os clássicos, a partir do nível de Emprego encontrado entre a interação de D_n e S_n é possível se chegar ao nível de produção da economia ao se voltar para o

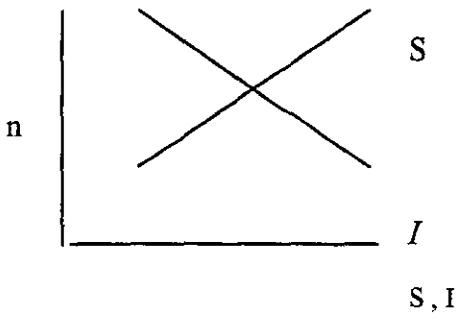
gráfico 1, da função produção. E a condição para que o nível de produção a que se chega seja o de máxima utilização de recursos irá depender de quão virtuosa será a relação entre S_n e D_n , uma vez que, no curto prazo, é justamente o fruto desta relação - ou seja, o preço do trabalho - que irá sinalizar para a firma a quanto monta os seus custos para cada nível de produção. De posse desses dados é que a firma irá determinar seus custos marginais, os quais, então, serão confrontados com a sua receita marginal já dada. É, dessa forma, que da condição de maximização dos lucros, $R_{mg} = C_{mg}$, surgirá então o nível de produção da firma individual, e cuja agregação redundará na curva de oferta das firmas como um todo.

A CURVA DE DEMANDA AGREGADA



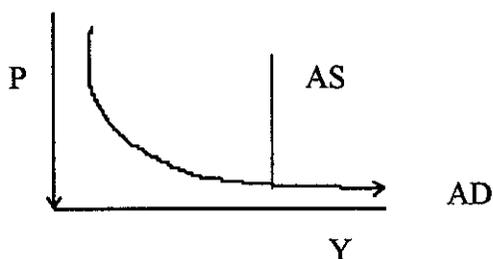
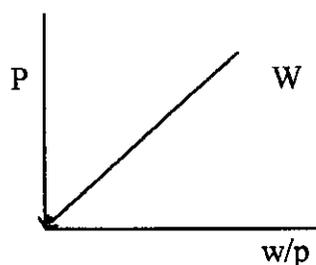
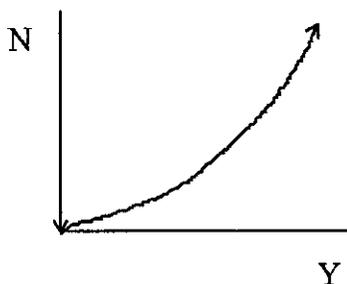
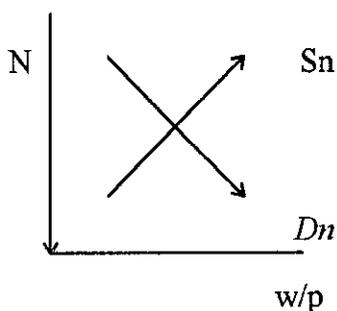
Tal curva é derivada da teoria quantitativa da moeda, para a qual o dinheiro é usado por motivos exclusivamente transacionais e tem velocidade de circulação constante. Sua fórmula é $MP=PY$ e, como a partir dos gráficos 1 e 2 o nível de produção (renda) já foi determinado, o que sobra é uma relação direta entre M e P .

A DETERMINAÇÃO DA TAXA DE JUROS



Parte-se da teoria dos fundos emprestáveis, em que a taxa de juros serviria para ajustar as quantidades de fundos disponíveis no mercado representados pelo ato de poupar de um lado e o de investir de outro. Tal TFE tem sua relevância acentuada quando percebemos ser ela um acessório importante da lei de Say, pois ao promover a igualação entre poupança e investimento impede-se que o ato de não-consumo acabe por gerar crises de insuficiência de demanda.

MODELO COMPLETO



O processo é o seguinte: Primeiramente, ocorre o ajuste entre D_n e S_n no mercado de trabalho determinando o nível de emprego e o salário real. Assim, a partir da função produção fornecida pelo gráfico 2) é possível se determinar o nível de produção Y_1 , o qual no gráfico 3) passa a representar a oferta agregada. Da equação $MV=PY$ e com m , v e y já determinados, resta somente o nível geral de preços, daqui saindo por último o salário nominal. Perceba-se que caso ocorra uma variação na oferta de moeda as únicas variáveis a se alterarem serão o nível de preços e os salários nominais.

CAPÍTULO II

A Revolução Keynesiana

II.1) Questões Preliminares :

Conforme Moura e Silva (1985), no prefácio que faz à Teoria Geral na edição Os Economistas , é a partir de 1925 que se inicia , em Keynes, o processo de gestação e maturação das idéias que culminaram com a publicação da T.G. em 1936.

E o passo mais importante neste longo processo de libertação é dado em 1930 no “Treatise on Money”.Nele, Keynes irá se propor a explicar a origem das flutuações nos preços e do emprego a partir da separação conceitual entre os atos de poupar e de investir, mantendo , no entanto, na análise, a suposição ortodoxa de que a economia trabalharia ao nível do equilíbrio de pleno emprego.

Diante do fracasso dessa tentativa , Keynes chegou a uma percepção importante : a da impossibilidade lógica de se usar o instrumental “clássico”, isto é ‘a lei de Say, para se tentar explicar as flutuações cíclicas da economia capitalista.Assim, o período que vai de 1930 a 1936 foi extremamente fértil no que diz respeito à tentativa , por parte de Keynes, de elaboração de um arcabouço teórico não ortodoxo que desse conta de explicar aquilo que todos viam e sentiam na pele , mas não tinham base teórica suficiente para explicar.

Foi neste contexto de crise teórica e econômica que surgiu aquela que é considerada a obra definitiva de rompimento de Keynes com a Teoria Clássica : a Teoria Geral do Emprego Juros e Moeda, ou simplesmente , a T.G. A partir de então ou se era um economista clássico ou um keynesiano, pois na TG Keynes irá atacar firmemente o principal sustentáculo da economia clássica de então que é a lei de Say e suas hipóteses correlatas, substituindo-a pelo Principio da Demanda Efetiva em um ambiente econômico dominado pela incerteza dos agentes econômicos quanto ao futuro.

Com o passar do tempo, no entanto, o trabalho de se distinguir claramente o cerne das contribuições revolucionárias de Keynes se tornou cada mais difícil em função da enormidade de interpretações que surgiram da TG.

Talvez por ser uma obra de difícil leitura _ fato , aliás, admitido pelo próprio Keynes, o qual a recomendava somente aos iniciados _já em 1937 , ou seja, somente um ano após a publicação da TG, foi lançado na Inglaterra uma obra que foi considerada por muitos economistas da época como uma espécie de tradutora e guia para se entender melhor, mais rápido e fácil todo a complexidade das idéias de Keynes. Tal obra foi “Mr. Keynes e os Clássicos “ e nela seu autor , Hicks, procura transpor o raciocínio cognitivo de Keynes para a análise gráfica das curvas IS-LM e com isto obtém um sucesso tão grande de público que , pelo menos na Inglaterra , durante vários anos tudo o que as pessoas entendiam ser a revolução keynesiana não passou da versão que Hicks fez da TG.

Esse primeiro trabalho de “tradução” de Keynes , no entanto , ganhou força e , como veremos mais pormenorizadamente no capítulo seguinte, outros economistas de renome da época , tais como Patinkin , Modigliani e Pigou, irão se juntar a Hicks e construir, a partir da combinação de elementos clássicos e keynesianos, o que na História do Pensamento Econômico atual é conhecida como Síntese Neoclássica.

Tal processo de tradução do que Keynes “realmente” quis dizer , no entanto, não terminou por aí e ,posteriormente, muitos outros “ tradutores” também criaram as suas versões para a TG, as quais , muitas vezes, se transformariam em correntes do pensamento keynesiano. Primeiramente, como uma reação à primeira leva de interpretadores, surgiu , em meados da década de 60, o keynesianismo desequilibrista , liderado por Clower e Leijonhufud. Depois, no final dos anos 70 e início dos 80 , surgiram as correntes neo-ricardiana _ liderada por autores como Eatwell, Milgate e Garegnani_ e pos-keynesiana, com Minsk , Vitoria Chick, Paul Davidson etc, a qual , segundo Tadeu Lima (pg. 97, 1992) ,ao contrario das outras , não estaria tão interessada em se envolver em picuinhas a fim de desvendar o que Keynes realmente disse ou deixou de dizer, mas sim estariam os pós - keynesianos interessados em atualizar o legado de Keynes.

O que se nota , portanto, é que , sejam elas a Síntese Neoclássica , o Keynesianismo Desequilibrista , o Neo-Ricardianismo ou os Pós- Keynesianos, as principais correntes interpretativas do pensamento econômico keynesiano que surgiram a partir da TG não deixaram de transparecer a sua visão particular da obra de Keynes e , diante desse emaranhado de interpretações, coloca-se o seguinte dilema: aonde ,então, encontrar uma fonte bibliográfica que , ao mesmo tempo, possa dar conta de fazer um relato conciso, claro e também realçador do que há de mais singular e revolucionário na TG ?

A solução inicialmente adotada no projeto de pesquisa , qual seja , a de escolher como fonte um guia de leitura da TG escrito por uma pos-keynesiana, mostrou-se claramente insatisfatória e , à medida que o processo de pesquisa foi avançando, colocou-se uma única saída : ter-se-ia mesmo que se recorrer diretamente à fonte.O problema era que , como todos sabemos , a obra de Keynes não tem a fama de ser das mais simples, muito pelo contrário, ele mesmo disse que só escrevia para outros cientistas econômicos !

Tínhamos entrado numa espécie de beco sem saída quando quis o destino que se encontrasse um material em que o temível teórico Lorde Keynes afrouxa um pouco as rédeas dos seus leitores e nos dá uma aula de didatismo : trata-se do artigo de fevereiro de 37 no renomado *Quarterly Journal of Economics*, intitulado “ A Teoria Geral do Emprego” .Nele Keynes irá expor claramente os principais sustentáculos de sua teoria do emprego e mostrar o quão revolucionários eles são em relação ao paradigma anterior.

Assim, apesar da ajuda que se terá de algumas outras fontes bibliográficas para feitura desse capítulo, é importante realçar que o nosso “guia espiritual” principal será o artigo do próprio autor de sua revolução; sem , portanto, se lançar mão do intermédio dos pretensos poderes mediunicos de muitos autores que dizem já ter recebido o “espírito de Keynes “.

II.2) A REVOLUÇÃO KEYNESIANA POR KEYNES : uma breve análise da lógica do modelo teórico e seus componentes a partir do artigo de 1937.

Como sabemos, o principal eixo da teoria keynesiana está na explicação da determinação do nível de emprego nas sociedades capitalistas. Para tanto , Keynes irá lançar mão de uma espécie de “base estrutural “ para sua teoria , na qual paulatinamente irá agregando os elementos mais sensíveis da análise. Trocando em miúdos, podemos dizer que é a partir do sustentáculo fornecido pelo Princípio da Demanda Efetiva que Keynes irá tecer suas considerações a respeito da natureza dos juros , do ambiente econômico, do investimento etc. Do que se trata , então, tal Princípio?

Contrariamente aos Clássicos , que determinavam o emprego a partir do equilíbrio entre a oferta e demanda existentes no próprio mercado de trabalho, o Princípio da Demanda Efetiva irá estabelecer que o emprego, ou o nível de renda de uma sociedade , irá depender da expectativa de demanda dos empresários por seus produtos ,por um lado, e por outro, dos custos de produção. São estes os dois fatores que irão determinar, num primeiro momento, o equilíbrio ex-ante entre a demanda e a oferta esperados, respectivamente. O ponto final de equilíbrio irá depender, no entanto, do comportamento ex-post da empresa: se a demanda esperada é confirmada pelo mercado estabelece-se o equilíbrio; porém, se demanda real é diferente da esperada, para mais ou para menos, as firmas serão obrigadas a rever o nível de demanda esperada para o próximo período de produção, alterando, assim, o nível de empregos e renda.⁸

⁸ O outro fator com potencial para alterar o equilíbrio , qual seja, o custo de produção das empresas representando o lado da oferta agragada , será considerado dado por Keynes.

Percebe-se , dessa forma ,na teoria keynesiana , a relevância que é dada à demanda agregada na determinação do nível de empregos ,não nos restando , assim, outra opção que não empreender um estudo pormenorizado de seus constituintes e determinantes:

_ Demanda de Consumo : Para Keynes o consumo esta diretamente relacionado com o nível de renda e , de acordo com a sua “lei psicológica fundamental”, o consumo não pode crescer no mesmo montante que a capacidade de consumir. Ademais, haveria fatores culturais a contribuir para que a propensão marginal ao consumo permanecesse por períodos relativamente longos estabilizada.Dessa forma, por motivos que passaremos a expor a partir de agora, caberá ao outro componente da demanda agregada , qual seja , o investimento agregado, o papel de determinante do nível de empregos.

_ Demanda de Investimento : Para Keynes o investimento , em função do seu longo prazo de maturação, é uma decisão de longo prazo , que deve , portanto, levar em conta o estado da demanda futura quando o investimento estiver dando seus frutos. Deve, também, a fim de que seja efetivado, ser comparado com outras formas alternativas de aplicação, e o drama todo do modelo de Keynes reside no fato de que , dentre as possíveis aplicações para o dinheiro acumulado , se encontra a aplicação no próprio dinheiro enquanto reserva de valor. Porém, mas como alguém , em sã consciência, já àquela época pensaria em deixar o seu dinheiro debaixo do colchão ?

Segundo Keynes, uma análise mais minuciosa de mais um dos elementos subjacentes ao modelo , qual seja , a incerteza, poderá nos ajudar a responder à pergunta.

A Incerteza e suas Conseqüências

Para ele (pg. 170, 1978), nos Clássicos supunha-se que o investimento pudesse ser reduzido “a certos cálculos atuariais”e que “o calculo de probabilidade [...] fosse capaz de reduzir a incerteza a mesma posição calculável da certeza “. E continua : “ na verdade , temos apenas , via de regra , a mais vaga das idéias de quaisquer conseqüências de nossos atos “, contingência esta que se acentua quando tratamos de “resultados potenciais numa

data comparativamente , e, as vezes , indefinidamente, distante”, como , obviamente, acontece com o investimento capitalista.

E acrescenta: “ por conhecimento incerto não pretendo apenas distinguir o que é conhecido como certo do que apenas é provável. Nesse sentido, o jogo de roletas não esta sujeito a incerteza “ O sentido em que Keynes emprega o termo é o no qual simplesmente “não existe qualquer base científica para um calculo probabilistico “.

Diante dessa dificuldade, segundo Keynes , os empreendedores capitalistas tiveram de construir um conjunto de técnicas para tomada das decisões de investir que tentassem ao menos minimizar a incerteza, como , por exemplo, a) supor que o presente constitui um guia muito mais prestigioso para o futuro e b) entender que a nossa opinião individual carece de valor e , em função disso , procurar conformar-nos ao comportamento da media ou maioria; o que redundará no que o autor irá denominar de “opinião convencional “.

No entanto , Keynes adverte que o resultado do emprego dessas técnicas esta longe de ser a relativa estabilização das opiniões acerca do futuro, muito pelo contrario: “sem aviso prévio a conduta humana passa a ser dominada por novos temores e esperanças [...] e todos estas belas e polidas técnicas , criadas para uma administração bem instalada e um mercado bem regulamentado, podem entrar em colapso” (Keynes , 1978 , pg. 172).

Em suma , o que tudo isto quer dizer é que a incerteza vem a ser um elemento indelével e fundamental do ambiente econômico no qual são tomadas as decisões relevantes ao capitalismo; daí advindo o elogio de Keynes ao que chamou de o “animal spirit“ dos empreendedores capitalistas, isto é , da gana que estes homens de negócios devem ter , e é bom que tenham, para fazer mais dinheiro através do investimento produtivo num ambiente dominado pela incerteza.

Assim, será a incerteza a respeito dos acontecimentos futuros da economia que, combinada com a função do dinheiro enquanto reserva de valor, irá dar a conotação de racionalidade ao “ato maluco”, segundo os Clássicos , de se entesourar dinheiro, pois é o entesouramento que servirá de elo , ou refugio, entre um presente instável e o futuro desconhecido, mostrando , assim , o grau de desconfiança que temos acerca do futuro.

Keynes ,no entanto , não irá se preocupar com a quantidade de dinheiro efetivamente entesourado, mas com o “montante do prêmio que deve ser oferecido para induzir as pessoas a não entesourar” (pg. 174). Isto é, Keynes estará preocupado com as possíveis e prováveis conseqüências que o simples desejo de entesourar teria sobre a taxa de juros, pois, como sabemos, para ele a taxa de juros “é o fator que ajusta na margem a procura por dinheiro para entesouramento a oferta do numerário para o mesmo fim” (pg. 174).

Uma vez demonstrada a determinação da taxa de juros, voltemos aos determinantes do nível de investimento, e portanto, às causas das flutuações cíclicas nas economias capitalistas em Keynes:

Flutuação Cíclica enquanto resultante da interação entre moeda e incerteza

Segundo Keynes “não é surpreendente que o volume de investimentos flutue muito através do tempo. Isto porque ele depende de dois conjuntos de opiniões sobre o futuro [...], sobre a propensão a entesourar e sobre a rentabilidade futura dos ativos de capital” com a contingência de que “as condições que agravam um dos fatores tendem, via de regra, a agravar o outro” , o que trocando em miúdos, significa que, caso uma onda gigantesca de pessimismo para com o futuro venha a atingir todos os setores relevantes da economia, se por um lado os juros dos empréstimos bancários para financiar o investimento se elevariam a ponto de inviabilizá-los, por outro também a própria expectativa sobre o montante de retorno futuro do investimento será prejudicado.

Ao contrario dos clássicos, que viam nas flutuações cíclicas em torno do nível de Pleno Emprego algo de anormal, Keynes verá essas flutuações como algo normal ao núcleo endógeno do processo de acumulação de capital. Sendo assim, a possibilidade do equilíbrio de subemprego está relacionada à influencia tanto da moeda quanto das expectativas sobre o mundo da produção e do emprego , ou seja, sobre o lado real da economia: é a possibilidade de existência de saldos inativos em meio a um ambiente repleto de incertezas que criará uma outra possibilidade : a da insuficiência de demanda.

No que se refere à probabilidade de tais desequilíbrios serem permanentes, Keynes arrola o fato de que, uma vez nesta situação, ela por si só não geraria forças no sentido de se sair dela e, caso tais forças existissem, o que não deixa de ser uma possibilidade concreta numa situação de um surto de investimentos, por exemplo, haveria uma tendência a que, no caminho para o pleno emprego, a lacuna entre as expectativas de retorno dos investimentos e a remuneração dos empréstimos a juros seja preenchida, revertendo, assim o caminho rumo ao pleno emprego. Tal fato ocorreria por dois motivos: primeiro porque o retorno sobre o investimento tende a cair com o aumento da produção e, segundo, porque as taxas de juros manifestam pouca tendência a queda. O primeiro motivo está ligado ao fato de que para Keynes quanto maior for a produção de bens de consumo maior será a dificuldade de se vender a produção, já que com uma propensão marginal a consumir menor do que a unidade aumentará a lacuna entre consumo e investimento, sendo que o resultado disso será uma tendência a queda nos preços. Como consequência desse processo deflacionário e de frustração negativa das expectativas de venda as indústrias de bens de consumo deixaram de se expandir, contaminando, assim, as indústrias de bens de capital e a economia como um todo. O segundo fator está ligado ao prêmio de liquidez que se agrega à moeda, fazendo com seu preço, a taxa de juros, não caia demasiadamente. É a pergunta que se deve fazer, portanto, é: o que acontece com a taxa de juros quando a produção aumenta? Ou melhor: ou acontece com a demanda por moeda quando os preços diminuem? A resposta de Keynes é simples: a demanda por moeda se eleva em razão do seu ganho relativo frente aos outros ativos, o que quer dizer que agora com a mesma quantidade de moeda é possível adquirir um volume maior de produtos, tornando-se atrativa a manutenção de saldos especulativos.

O resultado final disso tudo é que, contrariamente aos Clássicos, Keynes irá ter como uma naturalidade a existência do equilíbrio de subemprego, uma vez que a economia capitalista, por si só, não geraria forças endógenas que restaurassem o Pleno Emprego.

II.3) A CRÍTICA DE KEYNES À TEORIA CLÁSSICA DO EMPREGO

Uma vez colocada a estrutura e a lógica de funcionamento do modelo de Keynes passemos à comparação entre a visão Clássica e a de Keynes para a razão do desemprego na sociedade capitalista.

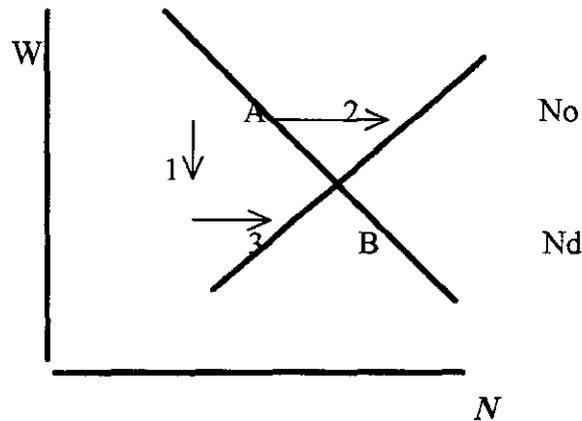
Como vimos, é a partir da interação entre a oferta e a demanda por mão de obra que os clássicos chegam ao salário nominal e real e, posteriormente, ao nível de emprego da economia e, a partir da relação existente entre nível de emprego e nível de produção, chegam ao nível de produção da economia. Haveria, assim, uma forte relação entre o nível de salários e o emprego ou desemprego para os clássicos, sendo que, no caso de um aumento do desemprego, os salários deveriam cair de modo a restituir-se a demanda por mão de obra. Se isto não ocorresse o desemprego persistiria indefinidamente e a culpa, portanto, recairia sobre o caráter inflexível da curva de oferta de mão de obra, ou, mais especificamente, sobre o poder monopolítico dos sindicatos modernos que não aceitariam as reduções necessárias no nível salarial.

Keynes, apesar de aceitar que o nível de emprego seja influenciado pela sua procura, vai veementemente negar que ele seja determinado pela sua oferta. Assim, começa sua análise perguntando: qual o interesse dos trabalhadores em aceitar uma redução nos salários? Para conseguir mais empregos não seria uma resposta correta, pois eles já estão empregados e seria pedir demais, mesmo em se tratando dos clássicos, que os trabalhadores empregados se solidarizem com os desempregados. Quanto à mão de obra desempregada, caso ela aceite trabalhar por valor menor de salário (dentro das restrições para a mão de obra se vender barato existe o receio de que em função disso os possíveis empregadores desconfiem da qualidade do seu trabalho), bem, mas no caso dela vencer este primeiro

obstáculo e resolver se ofertar por menos , um outro irá se antepor : em função da próprio forma de estruturação moderna do mercado de trabalho praticamente inexistem outras portas de acesso que não os próprios sindicatos.

A teoria clássica de determinação do emprego seria ,portanto, uma teoria datada ,valida para um ambiente econômico em que : a) os empregadores recrutam diariamente seus empregados e b) os custos de demissão , recontração e treinamento simplesmente não existiam. Somente em meio a este ambiente institucional é que se poderia admitir como plausível a hipótese clássica de perfeita flexibilidade de salários.

As principais diferenças entre os Clássicos e Keynes no que se refere à determinação do nível de emprego podem ser melhor visualizadas pela análise do gráfico que segue :



No gráfico, colocam-se as 3 possibilidades concretas para se chegar ao nível de Pleno Emprego: a) partindo-se do desemprego em A , a força indicada pela seta 1 não existe por dois motivos : primeiro, porque uma queda nos salários reais não interessa nem aos trabalhadores empregados nem às empresas e , depois , porque os desempregados, mesmo que quisessem, não conseguiriam influenciar na determinação dos salários ; b) a força indicada pela seta 2, que se refere ao aumento da demanda por mão de obra, não resulta da

mera existência de desemprego em A e , portanto , não representa um mecanismo automático ; c) a seta 3 indica o caso de , uma vez conseguida a redução salarial, o nível de emprego se elevar, caminhando-se assim em cima da mesma curva de demanda agregada até o nível de Pleno Emprego. Keynes , no entanto , coloca sérios obstáculos a esta possibilidade ao considerar os possíveis efeitos indiretos que uma redução salarial terá sobre a demanda agregada, particularmente através da alteração tanto da propensão marginal a consumir quanto dos planos de investimentos. Porém , como , a priori, é impossível prever o comportamento futuro dessas duas variáveis e , portanto, sua influência sobre a demanda, a conclusão a que Keynes chega é que a opção mais sensata para se retornar ao nível de pleno emprego seria a ação anti-cíclica das políticas econômicas do governo.

A principal contribuição de Keynes ,portanto, foi a de mostrar que, mesmo se supondo , como o fez na T.G. , plena flexibilidade de preços e salários , o Pleno Emprego não é um estado ao qual as economias capitalistas tendem automaticamente. Muitíssimo pelo contrário, Keynes , em toda a sua obra quis demonstrar que forças endógenas ao sistema estão constantemente a pressionar pela manutenção do equilíbrio de subemprego caso este tenha uma vez se configurado.

CAPÍTULO III

A Síntese Neoclássica

Após o longo caminho de sedimentação que se deu nos capítulos anteriores, estudando-se como tanto Keynes quanto a Síntese Neoclássica vêem a questão do desemprego, chegou a hora de finalmente podermos responder à questão fundamental da presente monografia : Afinal, houve realmente a tal neoclassização de Keynes pela Síntese Neoclássica?

Para melhor respondermos à questão este capítulo foi dividido em 2 partes : na primeira, descreveremos a Síntese nas suas partes constituintes para podermos então , na parte III.2 , passar finalmente das descrições para a avaliação crítica da Síntese Neoclássica em relação ao que consideramos no capítulo anterior como sendo fundamental na obra de Keynes.

III.1) A Síntese Neoclássica em si

A Síntese Neoclássica , ou S.N., surgiu como uma tentativa de conciliação das idéias de Keynes com a estrutura walrasiana de equilíbrio geral com ajustes simultâneos de preços e salários a partir da eterna lei de oferta e demanda. Se esta união é possível ou não é o que discutiremos no item final da monografia. Por hora descreveremos o que resultou dessa tentativa de conciliação:

O primeiro passo rumo à construção da S.N. foi dado já em 1937, somente um ano após a publicação da Teoria Geral, pelo economista britânico Hicks , no artigo chamado “Mr. Keynes e os Clássicos “, no qual ele , a partir do objetivo confesso de promover uma melhor comparação entre Keynes e os Clássicos, irá introduzir o famoso modelo da IS-LM.

Resumidamente, o que Hicks faz é o seguinte :

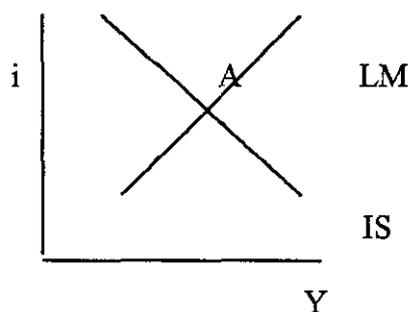
A partir do reconhecimento de que a grande inovação de Keynes teria sido a de mostrar a interdependência entre os mercados monetários e de bens e serviços , Hicks irá lançar mão das curvas IS-LM , as quais, respectivamente , representariam o equilíbrio no mercado de bens e no mercado monetário para diferentes combinações de nível de renda e taxa de juros na economia.

Mais especificamente, no mercado de bens , aceitando o método de Keynes de formular as relações econômicas em termos agregados , Hicks então aceita que $Y = I + C$. Em seguida , substitui C por S , dando $s = s (Y,i)$; porém , como $I = f (E,i)$ e E , a expectativa quanto ao investimento, é considerada dada no curto prazo , fica : $s = \text{Consumo} = (Y,i)$. Com relação ao mercado monetário , Hicks também faz alterações : de $i = i (L,M)$ vai para $i = i (L,M,Y)$.

Assim, portanto, Hicks, de um lado, faz o consumo depender não só da renda como também da taxa de juros e o investimento só da taxa de juros e , do lado monetário, faz a demanda e a oferta de moeda dependerem não só da taxa de juros mas também da renda. Com isso a abre o caminho para formular a tão almejada interdependência entre os mercados monetário e real e chegar , então, aos níveis de juros e renda de equilíbrio através de uma “simples resolução de um sistema de equações simultâneas “(Oliveira Lima , 1989, p. 05), representáveis graficamente pelas curvas IS-LM.

No modelo , a curva LM é a relação das combinações de taxas de juros e níveis de renda que permitem que o mercado monetário de títulos esteja em equilíbrio. É positivamente inclinada, pois, com uma dada oferta de moeda, um incremento no nível de renda irá aumentar a quantidade de moeda demandada e , com isso , aumentar a taxa de juros. Já a curva IS , apesar de também representar as diferentes combinações entre i e Y que geram o equilíbrio no mercado de bens, ao contrário , será negativamente inclinada , pois um aumento na taxa de juros reduz os gastos em investimentos, que reduz a demanda agregada , reduzindo, assim, o nível da renda de equilíbrio.

Graficamente:



Em A , a economia está em equilíbrio porque tanto o mercado de bens quanto o mercado monetário também o estão. Na curva IS, o ponto A significa que a demanda por bens é igual a sua produção e , na curva LM , o ponto A significa que a oferta é igual à demanda por títulos.

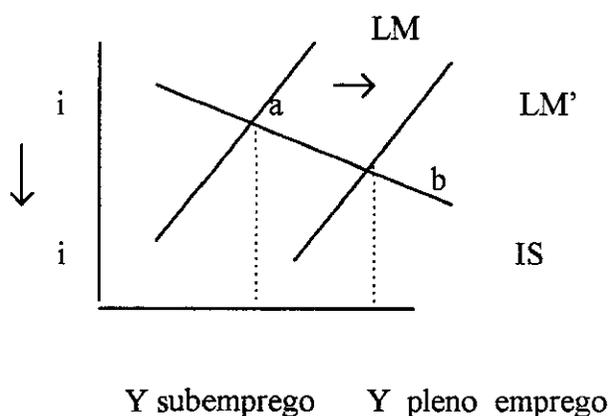
Felizmente, não cabe ao presente trabalho o estudo pormenorizado do modelo , das variáveis que determinam o grau da inclinação das curvas ou o sentido e a intensidade do deslocamento das curvas uma vez detonadas variações exógenas. O que irá nos interessar a partir de agora é o modo como o modelo da IS-LM veio a servir como uma espécie de base estrutural da S.N. , a partir da qual os efeitos - Keynes e Pigou puderam demonstrar mais facilmente as suas respectivas viabilidades.

Efeito - Keynes

Em 1944 , com base numa citação feita pelo próprio Keynes no capítulo 19 da T.G. sobre a possibilidade lógica de ocorrência desse efeito, Modigliani irá argumentar que no caso de a economia se encontrar aquém do Pleno Emprego, mais cedo ou mais tarde, os salários nominais irão se reduzir , o que fará com que as demandas transacional e precaucional por moeda, ambas dependentes do nível de renda nominal , também caiam.

Essa queda na demanda por moeda , então, afetará o nível de juros que , por fim, afetará o nível de investimentos, aumentando ,assim, o nível de renda e empregos na economia até o ponto que esse processo todo se estanque automaticamente quando for restaurado o Pleno Emprego.

Como mostra o gráfico logo a seguir, em termos do modelo o impacto seria equivalente a de um deslocamento da LM para a direita como resultado de um aumento da oferta nominal de moeda.



No entanto, como o próprio Modigliani ressaltou o automatismo do ajuste pode ser quebrado em 3 elos principais do efeito:

a) pode ser que simplesmente os salários nominais sejam rígidos para baixo, não detonando , assim , a relação inicial : diminuição dos salários = diminuição dos preços que diminuem a demanda por moeda.

b) pode ser que a economia se encontre na chamada armadilha da liquidez, em que os agentes econômicos , por não mais acreditarem numa alta no valor dos títulos financeiros , deixam de comprá-los e , com isso , não provocam nenhuma alteração nas taxas de juros.

Não detonam , assim , o elo entre a diminuição da demanda por moeda e diminuição da taxa de juros.

c) pode ser que a economia se encontre numa fase em que os investimentos estejam insensíveis a taxa de juros , não detonando , assim, o elo : redução dos juros , que eleva os investimentos , que eleva a demanda agregada , que eleva a renda e , conseqüentemente, o emprego.

Podemos ver , assim , que o efeito-Keynes , para que se concretizasse , estava a depender de fatores estranhos demais à velha ortodoxia econômica do pós-guerra e , portanto , seria muitíssimo interessante para ela que os dois últimos entraves ao efeito-Keynes desaparecessem ou pelo menos deixassem de ser tão determinantes.É , portanto, a fim de realçar a importância da plena flexibilidade de preços e salários para se restaurar o equilíbrio de Pleno Emprego que surge mais uma relação entre variáveis econômicas na S.N., relação esta materializada no efeito-Pigou ou efeito-Riqueza⁹.

Efeito - Pigou

O aproveitamento das conseqüências do efeito - Pigou tem início já em 1948 ,quando o economista Don Patinkin , no sugestivo artigo denominado “Preços Flexíveis e Pleno Emprego “, irá defender a idéia radical de que , levando-se em consideração tal efeito, “por definição , um sistema com flexibilidade de preços não poderá estar em equilíbrio se houver qualquer desemprego “(Patinkin , 1978 , p. 276).

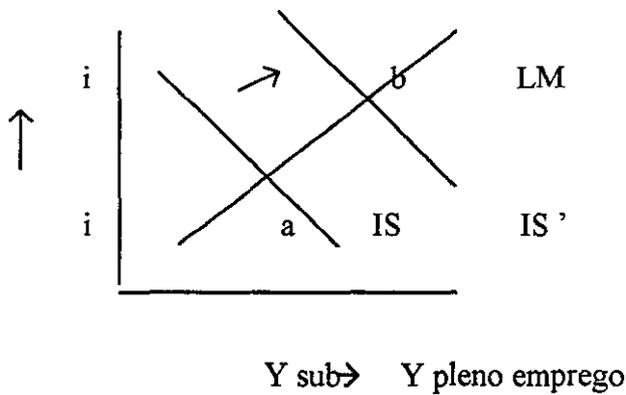
Mais uma vez é interessante perceber como Patinkin chega a esta conclusão se aproveitando ao máximo de mais uma relação econômica fundamental apontada por Keynes : a relação entre renda e demanda por consumo , com a primeira influenciando decisivamente a segunda.A sua argumentação é a seguinte : para ele , numa economia funcionando perfeitamente , isto é , sem rigidez alguma, uma situação de desemprego reduz

⁹ Tal efeito leva este nome por ter sido já em 1941 citado por Pigou num de seus artigos. Interessante, porém, é que o próprio autor, já àquela época não irá colocar muita fé nos efeitos práticos dessa relação sobre a economia.

os salários reais e , conseqüentemente , os preços e isto acaba gerando uma elevação do montante real de riqueza do agente econômica , levando-o a gastar mais e ,portanto, levando-o a contribuir para restauração do Pleno Emprego.

De acordo com Patinkin , apesar de Keynes ter reconhecido a influência dos ativos sobre o consumo , infelizmente ele teria pensado nessa influência “apenas em termos físicos de capital “e “quando Keynes começou a examinar os efeitos das disponibilidades monetárias reais (surgidas através de declínios nos preços) , nem mesmo considerou as possíveis influências sobre o consumo”. E continua “retornando à natureza desses erros , não podemos fazer outra coisa senão observar a ironia que deve ter emanado do homem que fez o máximo para demonstrar a inseparabilidade fundamental dos setores reais e monetários de nossa economia “(Patinkin , 1978 ,p. 269).

Em termos do modelo IS-LM, o efeito Pigou corresponde a um deslocamento da IS para a direita , num processo detonado pela deflação. Vejamos:



Conclusão

O resultado que a ação conjunta desses dois efeitos deixa é claro : o desemprego involuntário somente poderá existir se houver rigidez no sistema de preços da economia.

Disso , no entanto , não se pode concluir que a Síntese proponha que as autoridades econômicas ficassem de braços cruzados esperando pela ação das forças salvadoras do mercado a fim de restaurar o Pleno Emprego. Segundo Patinkin, “não é prático defender o efeito- Pigou como um instrumento de política econômica ; o declínio de preços exigido poderá ser ou grande demais ou poderá ser o passo inicial de uma espiral deflacionária indefinida “(1978 , p. 272).

Percebe-se , assim , qual é a da Síntese : para eles Keynes foi importantíssimo somente por chamar a atenção para o principal fator que impediria o retorno ao Pleno Emprego , qual seja , a morosidade do processo de market- clear do sistema econômico, solucionando assim os casos patológicos do modelo clássico e deixando como alternativa menos ruim a ação governamental. Assim, como coloca Tadeu Lima : “ longe de romper com o modelo clássico , para a Síntese Neoclássica Keynes teria tão somente inaugurado uma série de desenvolvimentos dentro dela “(Tadeu Lima , 1992, p. 53). De geral, a teoria de Keynes passaria a ser um caso especial , própria a um estado “não-natural” da economia capitalista , em que os trabalhadores insistiriam em querer receber acima do que realmente valeriam no mercado , impedindo , assim , a redução nos seus salários e , conseqüentemente , a restauração do Pleno Emprego , via efeito-keynes e efeito-Pigou. Para a Síntese Neoclássica, caso Keynes tivesse dado um pouco mais de atenção a estes dois possíveis desdobramentos do seu modelo, desdobramentos estes, aliás, para os quais ele próprio chamara a atenção, não teria chegado “aos resultados parciais “ a que chegou.

III.2) A Análise Crítica da S.N. na sua relação com a contribuição de Keynes

O objetivo dessa seção será o de confrontar a interpretação feita pela S.N. da obra de Keynes com o que nós supomos no capítulo II como sendo essencial ao “espírito de Keynes” e enfim chegar à conclusão final para a pergunta que é também o objetivo da presente mono : Afinal, a Síntese Neoclássica neoclassizou ou não Keynes?

Começemos pela análise da modelagem de base fornecida pelas curvas IS-LM a toda estrutura da Síntese :

Segundo nosso ponto de vista, o modelo IS-LM, no afã de gerar um sistema simples em que se poderia a partir de duas coordenadas, Y e i , comparar a escola clássica e a revolução keynesiana, irá isto sim acabar reduzindo toda a complexidade das funções em jogo a uma simples solução de quebra cabeças em que todos os elementos estão dados e somente resta ao participante escolher o melhor método de atuação possível. Acontece que, como o próprio Keynes nos ensinou, esta não vem a ser a real natureza do ambiente econômico nas sociedades capitalistas. Nelas o ambiente é dominado pelo papel das expectativas de longo prazo sobre o investimento e pelo papel das incertezas sobre o futuro econômico, sobre os quais, lembra, não dá para tecer nenhuma espécie de cálculo probabilístico!

E mais : é a partir da interação entre a incerteza e as expectativas com a moeda que em Keynes, dentro do Princípio da Demanda Efetiva, surgirá a possibilidade da insuficiência de demanda e, portanto, do equilíbrio de subemprego. O modelo da IS-LM, no entanto, faz vista grossa a esta particularidade e acaba por tratar a moeda enquanto mero meio de troca e/ou especulação a facilitar o arranjo do sistema de mercado de bens e financeiro. Toda a complexidade que surge da relação moeda-incerteza é, dessa forma, deixada de lado e o que o modelo de Hicks acabará por fazer é uma grave deturpação do

Princípio da Demanda Efetiva de Keynes, alterando-lhe as bases mais fundamentais e , conseqüentemente , os resultados futuros.

Diante dessas evidências só podemos concluir o seguinte sobre o modelo de Hicks : a) que ele acabou exaurindo toda a riqueza argumentativa de Keynes e , pior ainda, b) que ele , justamente em função disso, acabou abrindo o caminho para que a deturpação completa da obra de Keynes ganhasse força, o que realmente aconteceu com o surgimento dos efeitos-Keynes e Pigou.

Assim , com relação à crítica aos efeitos - Keynes e Pigou , para tanto bastaria dizer que têm como base estrutural as curvas IS-LM e pronto , já se configuraria uma boa crítica.Os críticos pesados , no entanto, vão muito além e , assim, relativamente ao efeito-Keynes ,Wells (in Tadeu Lima , 1992 , p.50) ,baseando-se em Keynes, argumenta que, contrariamente ao que Modigliani sustenta , é mais provável que uma queda nos preços e salários faça com que os Investimentos caiam e não, subam.Os motivos para tanto são : a) uma deflação faz com que o valor real dos débitos se eleve , o que diminui os gastos dos agentes devedores da economia e , conseqüentemente , a produção , b) a redução nos preços impacta negativamente sobre o lucro das empresas e influencia , assim, sua capacidade de Investimento e c) um ambiente de queda de preços gera expectativas pessimistas quanto ao comportamento futuro da economia, gerando, assim, uma propensão ao não investimento.

Já as críticas quanto à possibilidade de que o efeito-Pigou se concretize partem de vários autores:

Kalecki (in Tadeu Lima ,1992, p. 46) argumenta que a deflação , se por um lado realmente eleva o valor dos depósitos à vista , por outro deteriora a posição dos agentes devedores e , também , faz o mesmo com as expectativas dos empreendedores.Rabin e Keilany (Tadeu Lima , p.46) colocam a situação da armadilha da liquidez enquanto um obstáculo intransponível para o efeito- Pigou , pois neste caso toda riqueza gerada pela deflação dos preços seria absorvida na forma de demanda por moeda e não por produtos. Finalmente, o próprio Patinkin, no mesmo texto em que trás à luz o efeito-Pigou, coloca mais dois empecilhos ao livre funcionamento do mesmo : a) quando os agentes eternizam as

expectativas de queda de preços e , em razão disso, deixam de gastar por esperarem novas deflações e b) quando os agentes, por causa da deflação ,criam expectativas desfavoráveis quanto ao futuro da economia e em função disso optam pela manutenção de saldos inativos.

Em última análise , o que ambos os efeitos vieram a fazer foi a restauração indireta dos três alicerces fundamentais do modelo Clássico estudado no capítulo I , quais sejam , o mecanismo de ajuste de “market-clear”, a lei de Say e a Teoria Quantitativa da Moeda :

Em ambos os modelos , o Clássico e o da Síntese Neoclássica , o desemprego é “voluntário” e ocorre em razão dos trabalhadores não aceitarem a devida redução salarial ; a diferença básica , mas somente aparente , é a de que , enquanto os Clássicos lançam mão da lei de Say para sustentarem a viabilidade do mecanismo de “market-clear”, a S.N. irá lançar mão dos efeitos-Keynes e Pigou para também garantir que a demanda agregada não seja afetada pela queda nos salários.Dessa forma , podemos concluir que os efeitos-Keynes e Pigou são, na realidade, a lei de Say da Síntese Neoclássica , só mudando o nome.

Como podemos ver , portanto, à luz tanto do que nós próprios quanto os demais críticos entendem como sendo fundamental à obra de Keynes, a crítica à Síntese é relativamente simples e assim , diante da perplexidade gerada em função da S.N. ter negligenciado pontos tão importantes do legado de Keynes , só nos resta uma tentativa de explicação para o fato : mesmo em teoria econômica , as pessoas só vêem o que querem.

CONCLUSÃO

A razão de ser do presente trabalho buscou responder a uma só pergunta : Teria a principal corrente do pensamento econômico do pós - guerra , qual seja , a assim chamada Síntese Neoclássica , realmente neoclassizado o legado de Keynes , e , se de fato isto aconteceu, até que ponto ? Deu-se uma bastardização completa do legado de Keynes ou não?

A resposta que demos a esta indagação é afirmativa e a explicação é muito simples e direta : apesar de a Síntese , para se construir , ter se apossado de vários componentes da estrutura original da análise de Keynes, a partir do momento em que toma o viés metodológico equilibrista, criando mecanismos endógenos de retorno ao Pleno Emprego, a S.N. deixa transparecer um corte profundo entre a sua visão de mundo e a de Keynes . Mais especificamente , a partir daí passarão a se opor o modo keynesiano original de ver o mundo _ não-equilibrista e instável por natureza_ e o modo ortodoxo de ver o mundo e ,portanto, a ciência , como entes passíveis de serem encaixados em modelos equilibristas que produzam alguma espécie de estabilidade.

Conclui-se , dessa forma, que o conflito todo não passa da manifestação localizada de um conflito maior entre dois modos dominantes de se perceber o mundo e parece-nos que, por mais que os “não equilibristas” se esforcem , a história do pensamento econômico tem nos mostrado que os “equilibristas “ não tem deixado por menos e , se em determinadas épocas não mostram a inventividade necessária para lançar moda na teoria econômica_ como já o fizeram com a própria teoria clássica e neoclássica no passado ou com as teorias monetarista e novo-clássica mais recentemente_ em outras épocas , como aconteceu no caso estudado pelo presente trabalho, os “equilibristas” certamente tratam de dar um jeito de encaixar os hereges no seu modelo , custe o que custar.

Enfim, conclui-se que é para fazer jus às raízes que a Síntese irá desrespeitar o ponto mais fundamental da revolução keynesiana , qual seja, o da insuficiência da ação de forças corretivas internas ao mercado no sentido de recompor automaticamente o equilíbrio de Pleno Emprego .Com isso , no entanto, ela acabou desrespeitando completamente o próprio espírito original das idéias de Keynes e , conseqüentemente, promoveu a sua neoclassização , por lançar mão dos seus dois mecanismos automáticos recompositores do Pleno Emprego : o Efeito-Keynes e o Efeito-Pigou.

BIBLIOGRAFIA

Ackley , G (1961) , “ Macroeconomic Theory “ , New York, MacMillan.

Barber , W.L. (1976) , “História do Pensamento Econômico”, R.J.,Zahar.

Barbosa e Silva , E (1990) , “O princípio da lei de Say como Critério de Ortodoxia Econômica”, 15* Prêmio BNDES , Dissertação de Mestrado, UNB.

Cardim de Carvalho ,F (1987) , “Da Síntese Neoclássica à redescoberta de Keynes”, UFRGS, Análise Econômica, ano 6 , n* 9 .

Hillier , B (1986) , “Macroeconomics Models, Debates and Developments”, Basil Blackwell, cap. 3.

Keynes, J. M. (1978) , “A Teoria Geral do Emprego “, artigo de fevereiro de 1937 no Quartely Journal of Economics in “J. M. Keynes”, org. Tamas Szmrecsanyi , S.P., Ática.

Kuhn , T (1987) , “A Estrutura das Revoluções Científicas”,S.P.,Perspectiva.

Lakatos, I & Musgrave, A. (1979), "À Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento", S.P. , Cultrix.

Macedo e Silva , A.C. , (1994), "Macroeconomia sem Equilíbrio", Tese de Doutorado , Campinas , UNICAMP.

Miglioli, J (1982) , "Acumulação de Capital e Demanda Efetiva", S.P., T.A. Queiroz.

Moura e Silva, A. (1985) , prefácio de "A Teoria Geral do Emprego Juros e Salários", S.P. , Nova Cultural, Edição Os Economistas.

Oliveira Lima, L. A. (1989) , "As funções IS-LM e a neoclassização de Keynes"
Revista de Economia Política, S.P. , vol. 9 , n* 2.

Patinkin , D. (1978) , "Preços "Flexíveis e Pleno Emprego"", in Shapiro, E. ,
"Análise Macroeconômica" S.P. Atlas.

Possas , M.L.(1987) , "A Dinâmica da Economia Capitalista : uma abordagem teórica", São Paulo , Brasiliense.

Shackle, G. L. S. (1991) , "Origens da Economia Contemporânea", S.P., Hucitec.

Shapiro, E. (1978), “Análise Macroeconômica” S.P. , Atlas, cap. 16 e 17.

Tadeu Lima ,G.(1992), “Em Busca do Tempo Perdido: a Recuperação Pós-Keynesiana da Economia do Emprego de Keynes “, R.J., BNDES.